

ISSN 1516-4551

REVISTA
da Faculdade de
DIREITO
do Sul de Minas

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Sul de Minas

Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa de Pós-Graduação em Direito – Pouso Alegre, MG, v. 36, n. 2 (jul./dez. 2020)

Semestral 2020

ISSN 1516-4551

Anual 1984-2007 – Resumo em Português e Inglês.

1. Direito – Periódicos. I Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Direito.

CDD 340.05

EDITORIAL

CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA FORTALECIDOS

Editores/as de um periódico consolidado – como é o caso da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas – sabem o significado da publicação de um novo número para a comunidade acadêmica, em especial para autores e leitores. A expectativa de cada protagonista da Revista, quando da publicação de um novo número, é gigante e marca a concepção de uma obra que se consolida por meio da qualidade dos textos, construída por várias mãos, e que contou com a rigorosa avaliação ad hoc. Não se pode deixar de reconhecer a importância do trabalho da equipe técnica na preparação dos originais para a respectiva publicação. Este editorial busca evidenciar aspectos dos textos que fortalecem a linha editorial Constitucionalismo e Democracia.

Constitucionalismo e Democracia marcam estes manuscritos, que oferecem oportunidade para a reflexão cuidadosa sobre temas diversos mas com o condão de defesa dos direitos fundamentais, da mesma forma que o permanente intento de fortalecimento das instituições democráticas. O/a leitor/a percorrerá cada texto de acordo com o seu interesse, no entanto se recomenda, tanto quanto possível, o uso dos artigos em pesquisas em andamento, seja pela atualidade das análises, seja, principalmente, pela defesa do espírito constituinte.

O artigo “Colisão entre direitos fundamentais na prisão preventiva: o direito à liberdade em face do direito à segurança pública”, por exemplo, analisa o instituto da prisão preventiva sob a perspectiva da colisão entre direitos fundamentais, notadamente no embate entre o direito à liberdade e o direito à segurança pública. Por meio do materialismo histórico e da criminologia crítica, são apresentados argumentos em defesa da liberdade e da segurança pública, com destaque para a compreensão da prisão preventiva enquanto instrumento cautelar do processo penal e para a importância da aplicação da técnica da filtragem constitucional em casos de prisão preventiva. Em tempos de abuso de poder em muitas esferas da República, pensar os limites do sistema penal é necessário.

O manuscrito “Política de atendimento à pessoa idosa: a deliberação e efetivação das políticas públicas voltadas à melhor idade na atual conjuntura de crise” identifica a política de atendimento à pessoa idosa na contemporaneidade, permeando a legislação pertinente no país, bem como as principais políticas públicas implementadas pela esfera federal para esse estrato populacional. Por meio de pesquisa bibliográfica, o texto evidencia a necessidade de aprimoramento de políticas públicas na proteção de idosos. Referência direta ao constitucionalismo,

o manuscrito é também fundamental no contexto da pandemia do coronavírus, mesmo que esta não tenha sido objeto de análise.

“Pornografia de vingança’: vulnerabilidades femininas e poder punitivo” busca apresentar o fenômeno da pornografia de vingança a partir de um viés criminológico, tendo como ponto de ancoragem uma perspectiva feminista crítica ao poder punitivo. Há clara defesa do empoderamento feminino alternativo ao punitivismo que se contrapõe à vitimização. Trata-se de investigação bibliográfica que assume a perspectiva político-criminológica no enfrentamento, principalmente, da discussão que envolve a liberdade sexual feminina. Não se pode deixar de reconhecer a importância de pesquisas que enfrentam temas tão delicados como é o caso.

O artigo “A realidade do realismo”, por sua vez, analisa estudos empíricos, além de pesquisa bibliográfica, na busca de investigação da aproximação do realismo jurídico norte-americano com recentes descobertas da economia comportamental. A singularidade do estudo está na apresentação da psicologia como parte constitutiva da ciência econômica. Apresentam-se ainda dois recentes prêmios Nobel sobre o tema no artigo. É fundamental levar em consideração os estudos de Eduardo C. B. Bittar sobre a Teoria do Humanismo Realista, que considera mudanças radicais experimentadas pelo direito.

“Discurso de ódio e psicologia das massas: o poder destrutivo das palavras” procura demonstrar como as atuações do discurso de ódio e da psicologia das massas podem causar reflexos no âmbito penal. Abordando tema necessário no debate sobre democracia, em sentido amplo, mas com foco no direito penal, o texto evidencia considerações sobre a influência de determinados paradigmas sociais nas próprias relações interpessoais, gerando dissabores imorais, antiéticos e ilegais. A sociedade brasileira experimenta discursos de ódio em diferentes contextos, daí a urgência do manuscrito.

O manuscrito “Fins da pena no estado democrático de direito: ainda faz sentido defender o caráter preventivo da pena e a necessidade de ressocialização do condenado?” objetiva contribuir de maneira positiva para o debate trazendo para o leitor o necessário confronto entre a teoria e a prática, buscando, ao fim, extrair de ambas o que ainda resta como verdadeira essência da pena estatal. Há crítica contundente sobre a falta de adensamento, no âmbito do direito penal, quanto à função e à finalidade da pena.

“Direito ao esquecimento em casos criminais” discute o direito ao esquecimento como direito fundamental decorrente do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da proteção à personalidade. A análise se estabelece em casos em que a mídia viola a privacidade, a imagem e a intimidade dos egressos do sistema prisional com o argumento do direito à informação. Interessante avaliar o esquecimento no contexto do livro A memória, o esquecimento e o desejo, de Rogério Miranda de Almeida.

O artigo “Por que cuidar da saúde da mulher no sistema prisional?” assume a hipótese da falta de efetividade do sistema normativo para atendimento diferenciado à população feminina encarcerada. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, argumenta sobre a necessidade de priorização do atendimento à saúde da mulher, não sendo razoável aceitar argumentos sobre dificuldades orçamentárias, crise fiscal e complexidade do sistema prisional. O atendimento à mulher é dever do Estado e compromisso de toda a sociedade. A cultura machista estabelecida tem oportunidade de ser repensada por meio do manuscrito.

“A ação de classe especial como instrumento de soberania econômica: uma análise do caso brasileiro” analisa a ação de classe especial como instrumento para a soberania econômica do país. Questionando se uma *joint venture* estabelecida entre uma empresa estrangeira e uma empresa estatal representa um risco à soberania nacional, o artigo apresenta como conclusão que há possibilidade de imposição do uso do poder de veto pelo Poder Executivo, em caso de omissão do Congresso Nacional, e subsidiariamente pelo Poder Judiciário, em decorrência do caráter impositivo do princípio constitucional da soberania econômica.

O manuscrito “Vulnerabilidade de grupos minoritários entre cenários de crise e proteção de direitos” trata dos direitos de minorias em contextos instáveis por meio da análise da ascensão de movimentos conservadores que colocam a democracia em risco. O objetivo é contextualizar tais temáticas à luz da proteção de grupos minoritários e a adoção do princípio da vedação ao retrocesso de direitos fundamentais como mecanismo de tutela nos cenários de crise. O resultado evidencia a importância e o protagonismo que têm o Direito e sua função social na garantia da vida civilizada. Se o direito exerce o papel de emancipar os cidadãos, enfrentar a vulnerabilidade de grupos minoritários, esse é um assunto urgente e necessário.

“Sobre o povo: do debate Kelsen-Schmitt a Agamben, Freud e Laclau”, que resulta de pesquisa bibliográfica, analisa o conceito de povo a partir de diferentes perspectivas. O objetivo deste trabalho é deslocar a investigação daquele conceito entre os âmbitos jurídico, filosófico e psicossociológico, baseando-se em um referencial teórico constituído por textos dos autores mencionados. Atual e relevante o tema, investigado neste artigo por clássicos do pensamento.

O texto “Judicialização do direito à saúde: críticas administrativa e financeira” examina as críticas, sob viés administrativo e financeiro, à judicialização do direito à saúde por meio de voto de ministro do Supremo Tribunal Federal. Com base em pesquisa bibliográfica, o artigo explora o direito à saúde como direito social fundamental garantido pela Constituição Republicana de 1988. Pensar os limites do ativismo judicial é necessário para a preservação da democracia e do estado democrático de direito.

“Implementação da convenção de Nova Iorque no Brasil e do mundo: desafios” busca analisar a implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no direito internacional e no direito brasileiro. Por meio de pesquisa bibliográfica, o artigo evidencia que a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo demandam um esforço global para sua efetivação.

O artigo “Estudo crítico da construção e do conteúdo das agendas brasileiras para o trabalho decente”, por sua vez, examina o processo de construção e o conteúdo das agendas brasileiras de trabalho decente elaborados a partir da cooperação técnica entre o governo brasileiro e a OIT, em confronto com os parâmetros adotados por essa Organização. Por meio de pesquisa bibliográfica, o texto evidencia que a confecção e o conteúdo dessas agendas denotam um distanciamento dos padrões estabelecidos pela OIT na consideração do frágil diálogo social em relação aos participantes. O trabalho decente deve ser objeto de mais estudos, sobretudo no contexto da pandemia do coronavírus, embora esta não configure o objeto do texto.

O manuscrito “A teoria de sistemas sociais de Niklas Luhmann” busca esclarecer a discussão acerca do funcionamento e da evolução da teoria de sistemas. Por meio de pesquisa bibliográfica, o texto evidencia que a sociedade atual, global, que se consubstancia pela comunicação dos sistemas, na perspectiva de Luhmann, permite avançar por meio da crítica social na apresentação de diagnóstico contundente sobre a sociedade capitalista. É fundamental o enfrentamento de problemas em sociedades democráticas por meio de teorias; a dos sistemas, na argumentação apresentada, é especialmente interessante pela temática relativa à sociedade capitalista.

“Democracia e emergência na América Latina – um novo paradigma do coronavírus” analisa a ascensão de regimes de exceção democrática fundados na emergência sanitária mundial causada pela Covid-19. O texto examina criticamente seis questões de relevância pública e institucional sobre o comportamento das autoridades estatais na América Latina na época da crise da pandemia da Covid-19, com o propósito de explicitar a erosão democrática vivida na região. O esforço de pensar algo que estamos vivendo, sem o tempo de maturação, no caso a pandemia do coronavírus, é arriscado e, paradoxalmente, essencial.

O artigo “O direito adquirido (pela metade?) à aposentadoria por tempo de contribuição na Emenda Constitucional 103/19” analisa aspecto específico da reforma previdenciária, qual seja, o tempo de contribuição. Por meio de pesquisa bibliográfica, o ensaio conclui que os segurados possuem não apenas o direito adquirido à aposentadoria, mas também o direito adquirido à aplicação superveniente do art. 29-C da Lei 8.213/91 para afastar a incidência do Fator Previdenciário. No contexto do constitucionalismo, trata-se de reflexão fundamental para o aprimoramento da democracia.

O manuscrito “A constitucionalidade da presença de símbolos religiosos em prédios públicos” investiga se a exibição de símbolos religiosos em edifícios públicos viola a laicidade do Estado brasileiro. Não se pode ignorar a presença do fenômeno religioso nas instituições da República. O Executivo e o Legislativo têm se aproveitado da força social das religiões para influenciar e até mesmo conceber políticas públicas. Nesse sentido, o princípio da neutralidade deve ser interpretado como uma norma que determina a tomada de ações que efetivamente garantam a liberdade religiosa.

“Democracia e política em tempos de fake news” apresenta o tema das notícias falsas no contexto das redes sociais e dos processos eleitorais. Sabe-se por meio de diversas demandas judiciais que o acesso à informação passou a disseminar na política o ódio a grupos e minorias, além de dividir opiniões em “bolhas”, impedindo o convívio com a diversidade e sinalizando a necessidade de uma educação digital para a população brasileira. Tema também muito pertinente para o constitucionalismo e a democracia, na medida em que a defesa da liberdade de expressão não autoriza o cometimento de crimes.

O artigo “A relativização da impenhorabilidade da remuneração, sob a ótica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do direito comparado, apresenta o tratamento dado pelo Código de Processo Civil à questão da impenhorabilidade, especialmente da remuneração em sentido lato sensu, em comparação ao que era previsto no Código de Processo Civil de 1973. Por meio de pesquisa bibliográfica, demonstra-se, como resultado, a forma como o Superior Tribunal de Justiça tem enfrentado essa questão, com destaque para a possibilidade de se penhorar salário fora das hipóteses dispostas no § 2º do art. 833 do CPC.

Os temas são variados, no entanto todos percorrem a linha editorial Constitucionalismo e Democracia. É nesse sentido que se pode argumentar, sobre o fortalecimento da linha editorial, que coincide com demandas urgentes para o aprimoramento dos debates jurídicos na sociedade brasileira. Deseja-se ótima leitura e, principalmente, o uso dos textos em suas pesquisas em andamento.

Samuel Mendonça
(PUC Campinas/CNPq)

SUMÁRIO / CONTENTS

Editorial	III
A ação de classe especial como instrumento de soberania econômica: uma análise do caso brasileiro	1
<i>The golden share as an instrument of economic sovereignty: an analysis of the brazilian case</i>	
Rodrigo Oliveira Salgado ■ Fábio Sampaio Mascarenhas ■ Marcus Vinicius Silva de Oliveira	
A constitucionalidade da presença de símbolos religiosos em prédios públicos	29
<i>The constitutionality of religious symbols in public buildings</i>	
Lucas Catib de Laurentiis ■ Guilherme Cosimato de Vasconcelos	
A realidade do realismo	45
<i>The reality of realism</i>	
João Paulo Forni / Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy	
A relativização da impenhorabilidade da remuneração, sob a ótica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do direito comparado	59
<i>The relivalization of remuneration's impenhorability, from the perspective of the jurisprudence of the Superior Court of Justice and compared law</i>	
Paulo Henrique da Silveira Chaves ■ Pedro Henrique Pereira Chaves	
A teoria de sistemas sociais de Niklas Luhmann	77
<i>Niklas Luhmann's social system theory</i>	
João Paulo Bachur	
Colisão entre direitos fundamentais na prisão preventiva: o direito à liberdade em face do direito à segurança pública	95
<i>Collision between fundamental rights in preventive prison: the right to freedom compared to que right to public security</i>	
André Peixoto de Souza ■ Lucas Cavini Leonardi	
Democracia e emergência na América Latina – um novo paradigma do coronavírus	113
<i>Democracy and emergency in Latin America –a new coronavirus paradigm</i>	
Daniel Francisco Nagao Menezes	

Democracia e política em tempos de fake news.....	127
<i>Democracy and politics in times of fake news</i>	
Amanda de Souza Camargo ■ Carolina Piccolotto Galib ■ Luís Renato Vedovato ■ Maria Carolina Gervásio Angelini de Martini ■ Viviane de Arruda Pessoa Oliveira	
Direito ao esquecimento em casos criminais	137
<i>Right to be forgotten in criminal cases</i> Túlio Vianna	
Jamilla Monteiro Sarkis	
Discurso de ódio e psicologia das massas: o poder destrutivo das palavras.....	153
<i>Hate speech and mass psychology: the destructive power of words</i>	
Gilberto Giacoia ■ João Ricardo dos Santos	
Estudo crítico da construção e do conteúdo das agendas brasileiras para o trabalho decente	173
<i>Critical study on the construction and content of brazilian agendas for decent work</i>	
Silvio Beltramelli Neto ■ Isadora Rezende Bonamim	
Fins da pena no estado democrático de direito: ainda faz sentido defender o caráter preventivo da pena e a necessidade de ressocialização do condenado?	209
<i>The purpose of the penalty in the democratic state of law: still makes sense to defend the preventive character of the penalty and the need for the release of the convicted?</i>	
Pedro Henrique Demercian ■ Tiago Caruso Torres	
Implementação da Convenção de Nova Iorque no Brasil e no mundo: desafios	227
<i>Implementation of the New York Convention in Brazil and the world: challenges</i>	
Alexandre Coutinho Pagliarini ■ Maria Fernanda Augustinhak Schumacker Haering Teixeira	
Judicialização do direito à saúde: críticas administrativa e financeira	245
<i>Judicialization of the right to health: administrative and financial criticism</i>	
Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	
O direito adquirido (pela metade?) à aposentadoria por tempo de contribuição na Emenda Constitucional 103/19	265
<i>The right acquired (by half?) to retirement in Constitutional Amendment 103/19</i>	
Vinícius Pacheco Fluminhan	
Política de atendimento à pessoa idosa: a deliberação e efetivação das políticas públicas voltadas à melhor idade na atual conjuntura de crise	279
<i>Policy of the older person: the deliberation and effectiveness of public policies returned to the best age in the current conjuncture of crisis</i>	
Robson Leandro Soda ■ Rosane Teresinha Carvalho Porto	

Por que cuidar da saúde da mulher no sistema prisional?.....	297
<i>Why care for women's health in the prison system?</i>	
Camila Soares Cardoso Matos ■ José Carlos Francisco	
“Pornografia de vingança”: vulnerabilidades femininas e poder punitivo.....	317
<i>Revenge pornography: women's vulnerabilities and law enforcement</i>	
Augusto Jobim do Amaral ■ Gabriela Ferreira Dutra ■ Liziane da Silva Rodríguez	
Sobre o povo: do debate Kelsen-Schmitt a Agamben, Freud e Laclau	339
<i>On people: from the Kelsen-Schmitt debate to Agamben, Freud and Laclau</i>	
Lucas Bertolucci Barbosa de Lima ■ Marcos César Botelho	
Vulnerabilidade de grupos minoritários entre cenários de crise e proteção de direitos	363
<i>Vulnerability of minority groups between crisis and rights protection scenarios</i>	
Arthur Ramos do Nascimento ■ Fernando de Brito Alves	